

# Promulgação da Carta abre luta interna na Procuradoria da República

por Cláudio Kuck  
de Brasília

A promulgação da nova Constituição agita os quinhentos procuradores da República, do Trabalho, da Justiça Militar e do Distrito Federal. Grande parte deles exige a saída de Sepúlveda Pertence da Procuradoria-Geral da República, porque foi nomeado pelo presidente José Sarney sem a aprovação do Senado e não é membro do Ministério Público de carreira, como exige o parágrafo primeiro do artigo 128 da nova Carta. Ele era promotor aposentado do Distrito Federal ao ser escolhido.

"A Constituição é clara, o procurador-geral tem de ser de carreira, da ativa, e por isso estamos preparando o mandado de segurança para a substituição de Sepúlveda Pertence, se o presidente Sarney não tomar a iniciativa de tirá-lo", ameaça Inocêncio Martires Coelho, ex-procurador-geral da República de 1981 a 1985. Ele diz que a medida não tem nada de pessoal, mas visa garantir "a independência da procuradoria e é apoiada por toda a classe".

Inocêncio Martires afirma que o máximo que os procuradores podem esperar para a saída de Pertence é uma semana depois da promulgação da nova Constituição, criticando também a posição do atual procurador-geral de que o mandado de injunção precisa ser regulamentado por lei. "Isso é um absurdo, porque a medida procura justamente garantir os direitos adquiridos com a nova Carta, nos itens ainda duvidosos", afirma.

Ele é professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília e na semana anterior palestrou para outros procuradores da República, justamente para demonstrar a auto-aplicabilidade do mandado de injunção, do habeas data e outros preceitos constitucionais. Inocêncio Coelho diz que a saída de Pertence é indispensável porque o Ministério Público fiscaliza a execução das leis, e "não pode assistir de braços cruzados à violação da aplicação da nova Constituição, justamente em sua casa".

Para ele, Sepúlveda Pertence está defendendo as posições do consultor da República, Saulo Ramos, porque sua nomeação não teve a independência que a nova Carta exige. "Não haverá problema em aplicar o mandado de injunção; basta seguir o rito ordinário do processo civil ou do mandado de segurança, o

resto é querer burlar a lei", adverte Inocêncio.

Ele ainda lembra que os "compromissos" de Pertence com o governo Sarney podem ter influenciado no arquivamento do inquérito sobre a ferrovia Norte-Sul e "no inexplicável esquecimento pela procuradoria do caso Coroa-Brastel e da gestão do ex-ministro Aníbal Teixeira, na Seplan". Por isso, acha que a Procuradoria-Geral precisa mudar, "para se adequar às novas garantias de independência da magistratura de inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos, sem depender do Executivo".

O procurador-geral da República disse ontem não poder dar declarações sobre o assunto, tendo passado o dia reunido com seus auxiliares imediatos. Inocêncio Coelho comenta que Pertence lhe disse que não vê problemas em ser posto para fora da procuradoria pela Constituinte, porque muito mais grave foi em 1968, quando acabou cassado da promotoria do Distrito Federal pela Junta Militar. A Associação Nacional de Procuradores da República procura ficar afastada do problema, mas reconhece que o dispositivo sobre a mudança do procurador-geral é imediato, ao mesmo tempo que seu diretor, Paulo de Tarso Braz Lucas, lembra que muitos representantes da categoria não endossam a posição de Inocêncio Martires Coelho. Este contrataca afirmando que a associação é manobrada pelo atual procurador-geral e diz que "a alternativa não é tirar ou manter Pertence, mas cumprir ou não a Constituição".

A procuradora Delza Curvello Rocha, que também é da diretoria da associação, falando em nome pessoal, acha que a saída imediata de Pertence é imprescindível, mas que não deve transformar-se em luta política entre direita e esquerda. Para ela, "o procurador-geral da República será o primeiro a manifestar-se em todos os processos que transitem perante o STF, será o primeiro intérprete da nova Carta e precisa de independência para fazê-lo com chancela do Senado e não apenas da Presidência da República". Espera que Sarney faça logo a substituição, "para evitar o processo constrangedor do mandado de segurança que impetraremos, para evitar que os processos junto ao STF sofram restrição na apreciação por esta procuradoria".

Amc